

Sindicato da Indústria da Construção Civil de Campo Grande: conflitos por direitos sociais 1945-1964.

Dra. Alisolete Antonia dos Santos Weingartner.

Universidade Católica Dom Bosco.

Em 29 de outubro de 1945, Getúlio Vargas foi deposto em um Golpe Militar organizado por forças políticas civis e militares. Em seguida, iniciou-se um processo de desmontagem da estrutura do Estado Novo. E, em 18 de setembro de 1946 foi eleita a Assembléia Nacional Constituinte. Em nome dos princípios liberais foi permitido que se criassem condições favoráveis à entrada e saída de capital estrangeiros.

A Constituição de 1946 restabeleceu a democracia como regime político; restituiu a divisão entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; reconheceu o voto secreto e universal para os maiores de 18 anos; preservou a legislação trabalhista; manteve o controle dos sindicatos pelo governo. E restituiu outros direitos que haviam sido suspensos pelo Estado Novo. No plano político, restabelece a autonomia e o pluralismo partidário, enquanto no plano das relações profissionais, permanece o sindicato único e a sua subordinação ao Estado. O movimento sindical apresenta-se em uma situação peculiar, “*a existência da estrutura sindical corporativa com a democracia representativa*” (Rodrigues, 1986:533). Entretanto, embora o direito de greve houvesse sido assegurado na Constituição de 1946, antes dela entrar em vigor esse direito foi anulado pelo Decreto 9070 de 15 de março de 1946 e vigorou até 1964.

O retorno à democracia, ativa as movimentações políticas, principalmente durante a Assembléia Estadual Constituinte, incentivou os políticos sul-mato-grossenses a defender a mudança da capital para Campo Grande. Os operários do Sindicato, devido as suas ligações com essas elites, fizeram várias reuniões, nas quais discutiram estratégias de participação no movimento em prol da mudança da capital. Neste momento, os trabalhadores deixam de lado as questões trabalhistas pendentes porque alguns patrões são políticos ligados aos constituintes, partidários da mudança da capital, por isso os operários, optaram na adoção de uma trégua sobre as lutas trabalhistas. O presidente do Sindicato em seu discurso afirmava:

“Campo Grande tornando-se capital do Estado, nós vamos ter mais progresso, e as questões administrativas serão resolvidas com mais agilidade. A arrecadação será melhor controlada na distribuição de verbas para aplicação na infra-estrutura da cidade.

E isto possibilitaria melhoria de emprego para os operários da construção civil e outros profissionais” (Ata n.º115 de 1947).

As questões trabalhistas registradas no Sindicato, e que momentaneamente haviam sido deixadas de lado, reaparecem, os patrões recusavam assinar a Carteira de Trabalho; salários atrasados; indenizações que não foram pagas. Pelo teor das questões, os assuntos eram importantes e graves, porém foram suspensos para apoiar outra situação política, na esperança de que, caso Campo Grande se tornasse capital, as condições econômicas e políticas se modificariam radicalmente.

Era praxe na política local a troca de favores, acordos, barganhas. Os operários da construção civil representavam uma parcela importante, pela sua prática em movimentos reivindicatórios. O apoio dos trabalhadores a essa causa era significativo, mas em troca os políticos deveriam interceder em favor dos operários nas soluções das suas pendências trabalhistas. Não ocorreu a transferência da capital para Campo Grande e os trabalhadores também não conseguiram solucionar suas pendências trabalhistas.

Porém, o contexto nacional aponta que, sua produção industrial não tinha condições de competir no mercado mundial, com Países de larga tradição e experiência industrial e o seu mercado interno, de razoável expressão e crescimento contínuo, ao mesmo tempo que estimula a expansão da atividade industrial, possibilita a entrada de empresas estrangeiras.

Em Campo Grande, as pequenas fábricas também não resistiram a essa expansão, e alguns dos antigos industriais investiram na pecuária. Apenas a indústria da Construção Civil não é abalada, porque as elites, querendo moradias mais confortáveis, aumentam as exigências nos quesitos qualidade e em infra-estrutura, condições que abrem novas vagas de empregos para os operários da construção civil. E, de acordo com os registros de filiação no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil e do Mobiliário, constata-se que houve um aumento no número de associados. Esse aumento de filiados explica-se, a redemocratização, teoricamente, não perseguiria os sindicalizados por estarem constantemente participando de movimentos reivindicatórios. O Sindicato, enquanto instituição, começa a ser aceito com mais respeito pelas autoridades. Os operários confiam na importância da união da categoria na defesa de seus direitos. As relações entre trabalhadores de um lado e de outro os patrões e governo federal, eram de conflito, porque esses, não aceitavam o exercício pleno dos direitos dos trabalhadores, não reconheciam os operários como cidadãos com direitos políticos e sociais. Tratando-os com autoritarismo e

considerando-os incapazes de decidirem sozinhos sobre seus direitos. O operário continuava tutelado pelo governo.

Nessa fase de redemocratização do País, a população se politiza de modo acelerado, num amplo e inédito debate político nacional. Os principais problemas do País interessam e envolvem as diferentes classes sociais. Em Campo Grande, esse envolvimento é vinculado aos interesses, tantos das elites políticas como da população e o desejo da transformação do sul de Mato Grosso em um Estado autônomo. É uma peculiaridade política sul-mato-grossense de, ao mesmo tempo em que se defende um problema ou situação política, ligá-los a outros interesses locais e, às vezes, até pessoais, dependendo do político (oligarquias) que está exercendo a liderança do movimento.

Os dirigentes do Sindicato mantinham correspondências com o Ministério do Trabalho e com a Confederação Nacional dos Trabalhadores, buscavam manter-se informados dos acontecimentos. Os operários apostavam em um fortalecimento político através da ligação com outras categorias, entre elas, a dos metalúrgicos.

Entretanto, observa-se que, o sindicato vivia na dependência da cota do imposto sindical para a manutenção de sua estrutura. Apesar de viver-se numa fase democrática não aparece na documentação pesquisada nenhum esforço sério para a extinção desse imposto. Muito pelo contrário, o trabalhador acomodou-se com a cota enviada pelo governo federal para que o sindicato realizasse suas obras sociais. Essa constatação é notada no âmbito nacional, há acomodação por parte dos dirigentes sindicais de diferentes tendências ideológicas que, em nenhum momento, propuseram o rompimento dos laços orgânicos que subordinavam os sindicatos ao Estado.

Apesar disso, contraditoriamente o período de 1945-1964 foi marcado pela crescente influência dos sindicatos na vida política local e nacional, porque o sindicalizado é, ao mesmo tempo filiado a um partido e ao sindicato.

Em suma, o liberalismo econômico e a política operária do governo Dutra sintetizam-se na conveniência entre a ideologia liberal e os interesses do setor privado que envolvem o confisco salarial, o qual estava na base da estabilidade financeira e da expansão do setor privado. Essa política agravou as relações entre empregados e patrões, e contribuiu para acelerar o processo de desnacionalização econômica, acentuando a dependência do País em todos os aspectos: econômicos, tecnológicos, científicos etc.

Getúlio Vargas, em 1951, retorna ao poder pelo voto. Modifica as ações do poder público, cujas funções são mais ativas e diferentes, no sistema econômico-financeiro.

Interfere na composição das forças políticas no poder, modifica a maneira pela qual o governo passou a atuar. Essa transição foi lenta e cheia de ambigüidades. Getúlio Vargas depara-se com problemas como a inflação, o desequilíbrio da balança de pagamentos, a necessidade de importar máquinas e equipamentos, a insuficiência de oferta de gêneros alimentícios para as populações dos centros urbanos.

Campo Grande também, vivia os efeitos dessas mudanças, havia um crescimento demográfico que se deparava com a falta de investimento em infraestrutura. E, para agravar a situação, o prefeito local foi assassinado, em 1952, por adversários políticos em Cuiabá. A sociedade e os políticos sul-mato-grossenses envolveram-se com o acontecimento. O Sindicato, apesar de estar tentando resolver problemas quase crônicos, como salários atrasados, envolveu-se também com as discussões do assassinato do prefeito.

Este fato aumentou a animosidade entre Campo Grande e Cuiabá e esta, por sua vez, enquanto centro administrativo do Estado castiga a cidade rebelde desviando verbas para outros setores cuiabanos e deixando de atender as reivindicações dos campo-grandenses.

Esta crise, por alguns meses, interfere na indústria da construção civil, tendo em vista que ela não foi apenas gerada pelo problema do assassinato, mas por outros problemas já citados como baixos salários, inflações e outros que afetavam toda a sociedade e que por sua vez, afetam o Sindicato, o qual encaminha correspondência, em maio de 1953, ao Ministério do Trabalho reclamando o atraso no envio da cota do imposto sindical. O presidente do Sindicato, no ofício, esclarece que é muito importante a regularidade da cota do imposto, porque o Sindicato só com as mensalidades dos sócios e os bailes beneficentes não consegue atender às suas obras sociais do Sindicato. Os trabalhadores estão inquietos com a demora na solução do problema. A crise local é também afetada pelas contínuas mobilizações dos trabalhadores por melhores salários. Como resultado, ocorrem as elevações de preços. Um fato puxa o outro e as tensões sociais e políticas se acentuam, e os trabalhadores, que outrora haviam apoiado a eleição de Getúlio Vargas, diante das dificuldades, pressionam cada vez mais o governo na busca de uma solução.

Não obstante disso, Getúlio Vargas eleva o salário mínimo em 1952 e 1954, mas não foi suficiente para os operários readquirissem as perdas acumuladas nos anos de congelamento do salário mínimo, conseqüentemente não se consegue minimizar as tensões sociais, as quais não estão apenas presas à questão salarial, mas à assistência médico-

hospitalares, moradia etc. Esses fatos que ocorrem nos grandes centros urbanos refletiam em Campo Grande.

Em suma, o governo federal procurava equilibrar-se, entre duas correntes políticas, cuja divergência estava relacionada com o modelo de desenvolvimento que o País deveria seguir: um modelo nacionalista de defesa das nossas riquezas nacionais e outro baseado na articulação com o capital externo. A oscilação de suas posições refletia as contradições existentes na base de sustentação do governo e criava insatisfação interna e na oposição, que forçou a deposição de Vargas e, conseqüentemente, o seu suicídio em 1954.

Durante os meses de crise, o Sindicato esteve em constante alerta, em parte por causa da possibilidade de intervenção durante o estado de sítio, e também entre os sindicalistas havia muitos comunistas, por isso o Sindicato era alvo bastante visado pelo exército. Durante o período de instabilidade, foi criado o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), em 1955, para subsidiar os sindicatos nas negociações sindicais e nos dissídios perante os tribunais do trabalho que, nessa época, dispunha de poder normativo.

Nota-se, na documentação, que, durante esses 16 meses de crise, as pautas das assembléias não mencionavam nenhuma reivindicação ou reclamação. As atas registravam as atividades de lazer, bailes, jogos de bocha etc. No livro de prestação de conta não apresenta a arrecadação dessas atividades. A ata n.º 48 de 1955, relata que o presidente convida os filiados a fazer uma rifa para adquirir alguns gêneros alimentícios para uma família de operário que estava em dificuldade.

Constata-se que apesar das reuniões semanais, os trabalhadores para salvaguardar a liberdade, utilizavam-se de código para registrar o assunto discutido, essa atitude dos trabalhadores mostra uma forma de resistência às perseguições políticas.

Em 1956, sob a proteção do exército, Juscelino Kubitschek de Oliveira iniciou uma nova fase da história econômica do Brasil: nos anos de 1956-1960 realizou ampla e profunda transformação do sistema econômico do País. Sua política econômica centrou-se no Programa de Metas, o qual consistia no planejamento de trinta metas prioritárias distribuídas em cinco grandes grupos: energia, transporte, alimentação, indústria de base, educação; mais a construção da nova capital, Brasília. O Plano de Metas acelerou, ampliou e aprofundou a internacionalização da econômica brasileira e, conseqüentemente, acentuou a divisão social do trabalho e a diferenciação social interna da sociedade brasileira.

Juscelino de Oliveira governou o Brasil alicerçado em um tripé básico: estabilidade política, desenvolvimento econômico e modernização. A convergência desses fatores criou um clima social cuja maior representação foi a construção de Brasília, iniciada em 1956 e inaugurada em 1960. A contrapartida dessa política foi a pesada herança que deixou na forma de dívida pública e dívida externa, além da internacionalização da economia, crescendo e consolidando uma dependência estrutural econômica. Era nacionalista apenas na aparência, mas, na realidade, tático e ideológico. Reforçou a política de exclusão social porque a técnica de “confisco salarial” (poupança monetária forçada), passou a funcionar como inflação de custo. Procurou realizar um desenvolvimento econômico reforçando e consolidando a dependência. A industrialização proposta por ele realizava-se no contexto da interdependência e associação. Na prática, sua política econômica era internacionalista.

Os anos de 1961 a 1964 herdaram uma crise sem precedentes, que coloca o País em uma encruzilhada histórica, na qual se afloram as contradições; forças econômicas e sócio políticas disputam o poder nacional em meio a um clima de desconfiança, agitação, confusão, radicalização ideológica. O quadro inicial desse período foi marcado pelo curto governo de Jânio Quadros, que renunciou em agosto de 1961, seguido pelo veto militar à posse do vice-presidente João Goulart que, após a implantação do Parlamentarismo, assume em outubro de 1961. João Goulart deparou-se com a pressão dos desequilíbrios setoriais, as reivindicações trabalhistas e de outros grupos sociais afetados pelo processo inflacionário, cuja solução exigiam profundas reformas. Seu governo foi marcado com duas posições político-ideológicas em confrontos e antagônicas. “*O nacionalismo reformista-populista-estatizante e o capitalismo oligopolista multinacional associado*” (Dreifuss, 1981:134).

Ao assumir o governo estabelece algumas diretrizes

“imposição de limites à atuação do capital estrangeiro; ampliação e fortalecimento da presença do Estado na economia; descentralização do crescimento econômico; fortalecimento do mercado interno; estímulo à pequena e média empresa nacional; alocação de uma parcela maior de recursos públicos para a área social – educação, saúde, habitação e transporte coletivo; melhoria salarial e maior equidade na distribuição de renda” (Brum, 1997:266).

Entretanto, essas diretrizes, diante da situação dos conflitos de interesses internos e externos e as condições econômicas e políticas desfavoráveis, dificultaram ou impediram

a viabilização dessas ações do governo. Concomitantemente, intensificava-se o debate técnico e político sobre as limitações e as possibilidades inerentes ao tipo de desenvolvimento industrial que nos anos anteriores estava atrelado ao capital estrangeiro.

Celso Furtado, a pedido de João Goulart elabora o Plano Trienal que deveria ser executado de 1963 a 1965. O governo, para viabilizar as reformas precisava do apoio do Congresso, porém ao colocar a questão agrária em debate e a maioria dos políticos eram latifundiários causou uma grande resistência e seu plano recebeu críticas de tal forma, que o governo perdeu o apoio do Congresso. Os próprios partidos políticos se deterioraram ao longo da crise, com o surgimento de tendências, em geral, com posições nacionalistas e de esquerda. Portanto, a heterogeneidade ideológica permitiu que os partidos gradativamente perdessem em coesão e representatividade. Deixaram de ser canais adequados e eficazes para a circulação das demandas sociais e das ações públicas. Nota-se que, o processo de falência dos partidos políticos nos quais refletia-se a crise geral, contribuía para acelerar o impasse e a ruptura da ordem constitucional.

Em Campo Grande, os trabalhadores da construção civil mantinham por intermédio do Comando Geral dos Trabalhadores, correspondência com os principais sindicatos do País, os quais eram controlados principalmente por trabalhistas e comunistas.

A ata n.º 26, de 26 de maio de 1963, registra que o Presidente do Sindicato, diante da gravidade dos problemas nacionais, sugere que os trabalhadores se mantivessem em Assembléia permanente por toda a semana, na qual os trabalhadores procuravam se informar dos acontecimentos através da leitura dos jornais locais e do Brasil, escreviam cartas para os sindicatos do interior, ouviam o rádio o dia todo, porque em qualquer momento poderia dar uma notícia em edição extraordinária. Os operários se revezavam para não deixar o Sindicato vazio. A diretoria procurava colocar em ordem as contas e os apontamentos caso viesse uma intervenção os livros estariam em ordem. Recebiam diariamente telegramas do Comando Geral dos Trabalhadores e também enviava dando notícias do que ocorria por aqui.

Como se constata, o trabalhador da construção civil estava mais consciente de seus direitos, compreendia a importância em manter ligações com centros mais desenvolvidos, e que as relações socioeconômicas haviam mudado, pois, embora atreladas ao Estado, a economia fora internacionalizada, o operário não era mais o centro das forças produtivas, mas apenas um elemento que podia ser substituído por outro ou por uma máquina, porque o produto, a produção, o lucro são os elementos mais importante nessa nova fase de

relações socioeconômicas entre o trabalhador e o Estado. Em suma, o Presidente da República, gradativamente, perdia o apoio popular, porque a maioria da classe alta era conservadora e assustada com a emergência popular, aliou-se com os industriais estrangeiros. Os setores de vanguarda do operariado e outras forças populares e de esquerda, por sua vez, passaram a assumir posições independentes e a desenvolver ações de forma autônoma.

O Plano Trienal de João Goulart tinha consistência teórica e prática para ser viabilizado, no entanto, poderosos interesses, internos e externos estavam em jogo: no entrelaço das idéias e das posições, houve dificuldade para uma interpretação mais objetiva e amadurecida pela sociedade e pelas forças políticas de oposição. Os militares com o apoio internacional e de setores da sociedade brasileira colocam por terra o interregno democrático ao deporem João Goulart em março de 1964.

Concluindo, o período de 1945-1964 não apresenta grandes avanços nas conquistas sociais dos trabalhadores, porém permitiu que esses trabalhadores exercitassem seus direitos políticos, o que se considera um grande ganho.

Palavras-chaves: Sindicato; políticas sociais; Campo Grande; capital; trabalho.